

ABERTURA

Júlio Pedrosa*

Gostaria de começar por saudar o Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e agradecer-lhe por nos proporcionar o gosto de tê-lo conosco, numa iniciativa que está associada ao programa “Novas Oportunidades”, que o Governo lançou. Quero, naturalmente, saudar também as senhoras Conselheiras, os senhores Conselheiros e as demais pessoas e agradecer-lhes a presença.

Creio que todos estamos conscientes de que o nível de qualificação da população portuguesa é um dos mais fundamentais elementos e factores do nosso desenvolvimento que, naturalmente, tem reflexos na capacidade de inovação e competitividade, no emprego, no nível dos salários. A educação é, sem dúvida, uma condição de desenvolvimento humano, de desenvolvimento pessoal e social que todos temos a responsabilidade de considerar quando seleccionamos as prioridades nacionais. É verdade que há muito insistimos em Portugal na necessidade de se dar atenção a este factor, ao nível da escolarização da população como factor de competitividade e à sua relação com o desenvolvimento económico do País. Por isso gostaria de, hoje, nesta sede do Conselho Nacional de Educação, lançar um olhar sobre o seu efeito no desenvolvimento da educação.

Muitas pessoas estiveram certamente atentas ao lançamento público dos resultados do PISA, um Programa de Avaliação das Competências dos jovens de quinze anos, promovido pela OCDE. Em ambos os relatórios, o de 2000 e o de 2003, foi salientada a relação entre esses resultados e certos factores ligados aos próprios jovens, às escolas, aos parceiros educativos, aos professores e às famílias. E, no que diz respeito às famílias, emergem dois aspectos que creio terem ligação directa com o que vamos aqui discutir. O primeiro tem a ver com o facto de Portugal estar entre os quatros países em que a heterogeneidade socio-económica das famílias das crianças é maior. O segundo é que os relatórios mostram que os pais que têm pelo menos doze anos de escolaridade aparecem normalmente associados aos melhores resultados.

* Presidente do Conselho Nacional de Educação

Creio que se torna evidente que, quando temos 72% da população activa com o máximo de nove anos de escolaridade, não é ousadia pensar-se em alguma relação entre a qualificação da população activa e aquilo que se passa no nosso panorama educativo. Portanto, um programa e uma iniciativa como é esta que visa, não apenas promover e dar um impulso significativo à qualificação da população activa, mas também à qualificação da população jovem, é um programa que tem uma importância decisiva para aquilo que precisamos de fazer em educação, em Portugal. Ter presente que 45% dos jovens com idades entre os dezoito e os vinte e quatro anos não têm doze anos de escolaridade e que, de entre estes, aproximadamente metade, têm menos do que nove anos, é mais uma razão de preocupação em relação àquilo que atrás procurei evidenciar e que está bem presente na justificação do programa que hoje vai estar no centro da nossa atenção.

Na verdade, a iniciativa “Novas Oportunidades”, que o Governo tem em preparação, é um importantíssimo contributo, uma medida do maior relevo para responder a este estrangulamento do desenvolvimento da sociedade portuguesa. Uma iniciativa com este alcance potencial tem, porém, associada a ela, muitas questões que faz sentido ponderar e tratar por antecipação, por serem factores críticos para o seu sucesso. Este seminário foi pensado, exactamente, para proporcionar um espaço de análise e debate desses vários factores que têm relação e implicações na aplicação das orientações políticas que aqui vão estar presentes. Assim, vamos ter, durante a manhã, logo no início, a apresentação de uma conferência em que se procura enquadrar esta medida com a Estratégia de Lisboa. Creio que não poderíamos ter melhor escolha para conferencista do que o responsável pela condução da Estratégia de Lisboa, no âmbito do Governo de Portugal.

O painel que temos de seguida procura abordar vários temas que têm, creio eu, uma relação directa com a iniciativa. São elementos que estão associados a instituições que são actores críticos do programa: o Instituto de Emprego e Formação Profissional e as escolas.

Na parte da tarde, ouviremos contributos focados sobre os destinatários da iniciativa analisando questões da maior relevância para eles.

Assim, discutir-se-á a questão das escolhas e a orientação profissional, a formação de formadores e educadores, que são elementos decisivos para o sucesso de políticas que envolvem muitos actores. Haverá, ainda, lugar para olhar uma experiência de pôr de pé uma rede de formação de nível pós-secundário e teremos a possibilidade de conhecer o pensamento de quem emprega jovens.

O sentido deste seminário, Senhor Ministro, é, pois, numa casa onde estão presentes vários parceiros da educação e formação, procurar o debate, a análise destes vários elementos que, a nosso ver, têm certamente importante relação com o desenvolvimento e a aplicação das estratégias que hão-de fazer deste programa um sucesso.

Quero, naturalmente, a terminar, agradecer de novo a todos os que se disponibilizaram para intervir, para coordenar as mesas, para comentar e para preparar este seminário.

Muito obrigado a todos.

José António Vieira da Silva*

Muito bom dia senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, senhoras e senhores Conselheiros e senhores convidados.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Educação a iniciativa de promover este debate, o que, de alguma forma, se insere numa discussão pública mais alargada, acerca deste programa que o senhor Presidente já enunciou, nos seus traços gerais, e que o Governo chamou de “Novas Oportunidades”. É um programa de iniciativa governamental, apresentado pelo senhor Primeiro-Ministro (há uns meses atrás), e do qual há uma responsabilidade conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. É um programa para nós de enorme relevância que, para além da sua importância intrínseca, para além da sua validade própria, tem também um lugar de charneira extremamente importante em dois processos que se cruzam no tempo e são também cruciais, julgo eu, para o futuro de Portugal. Um deles tem a ver com a Estratégia de Lisboa, e está aqui o seu Coordenador com o Plano Nacional de Reformas e com o Plano Nacional de Emprego, e com todos os instrumentos que, da parte portuguesa, pretendem dar resposta à ambição Europeia de ter uma estratégia coordenada de Promoção do Desenvolvimento e do Emprego. E, portanto, o programa “Novas Oportunidades” é um dos aspectos fulcrais. Assim tem sido apresentado. Por outro lado, estando nós a iniciar o processo de preparação do novo período de programação financeira correspondente aos apoios estruturais comunitários do desenvolvimento de Portugal, a que anteriormente se chamava os quadros comunitários de apoio, e agora tem um nome diferente – não valerá a pena entrar nesses pormenores –; estamos a começar a preparação da estruturação dos programas que vão dar resposta às nossas necessidades de desenvolvimento e aproveitar os apoios comunitários, até 2013, como já várias vezes foi afirmado pelo senhor Primeiro-Ministro. Esta iniciativa “Novas Oportunidades” será também uma iniciativa estruturante do que vier a ser o novo quadro de referência estratégica nacional, um quadro da mais elevada prioridade, dada à questão da formação, da

* Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social

qualificação profissional, da educação, da ciência e da cultura, que vai ter, certamente, um papel fulcral nesse quadro comunitário. Portanto, estas razões fazem deste programa “Novas Oportunidades”, um programa de enorme importância no presente. E por isso mesmo, gostaria, uma vez mais, de agradecer o convite para estar nesta iniciativa, até porque será difícil encontrar não só uma instituição como uma plateia tão bem qualificada e preparada para discutir este programa. As razões para lançar o programa “Novas Oportunidades” julgo que são relativamente simples de enunciar e o senhor Presidente já as citou. Podemos encontrá-las numa lógica de cenarização prospectiva, ou seja: o que acontecerá em Portugal, se determinados níveis de desempenho no sistema educativo e no sistema de qualificação profissional forem alcançados? Esses dados são do conhecimento geral. É sabido que mais um ano de escolaridade contribuiu para aumentar a taxa de crescimento anual do PIB entre 0,3 a 0,5 pontos percentuais, perdoem a versão economicista, mas é gritante este impacto.

Segundo a OCDE, e este é outro dado relevante, Portugal é dos países em que o avanço na escolaridade é mais compensador, do ponto de vista dos ganhos de quem está no mercado de trabalho. Outro dado, eventualmente mais discutível para alguns, mas julgo que, na minha visão, relativamente consensual, é que mais escolaridade está associada a menor taxa de desemprego e, principalmente, a uma menor duração do desemprego. Sabemos e convivemos hoje com uma realidade que é relativamente nova em Portugal: a existência de desemprego de jovens qualificados ou, pelo menos, fortemente escolarizados, à escala nacional. Mas se essa taxa tem aumentado, também é verdade, e continua a ser verdade, que o tempo de duração no desemprego dos jovens com escolaridade superior é bem menor que aqueles que têm escolaridade mais baixa. Estes três aspectos – o impacto no produto, o impacto nos salários e o impacto no desemprego – bastariam para justificar um investimento mais pesado e uma aposta mais forte no progresso da escolarização e da qualificação profissional. É, pois, face a estes grandes objectivos que se justifica a prioridade dada a esta dimensão da acção governativa que está sintetizada no programa “Novas Oportunidades”. Mas os dados que o senhor Presidente citou são absolutamente demonstradores da importância desta opção: afirmar, e é

afirmar a realidade, que cerca de 45% dos jovens que, entre os dezoito e os vinte e cinco anos, estão no mercado de trabalho sem terem concluído doze anos de escolaridade, o que corresponde a quase meio milhão de pessoas que estão no mercado de trabalho, desempregados ou a trabalhar. O afirmar que, na população activa, apenas 20% têm, pelo menos, nove anos de escolaridade, o que compara quase com o complemento na média da União Europeia, que se aproxima dos 70 ou 80%. Estes dois dados dizem bem da necessidade de uma nova abordagem a estes problemas. Estas duas estatísticas, muito simples, correspondem aquilo a que é chamado – peço desculpa a alguns que já me ouviram utilizar estas expressões – duas das principais fracturas que existem na sociedade portuguesa. Uma fractura geracional entre uma parte substancial da população activa, que está no mercado de trabalho e, em grande medida, numa fase inicial ou intermédia da sua vida profissional, com níveis muito baixos de escolarização e de qualificação profissional – uma grande maioria da nossa população activa – e uma minoria que tem níveis de qualificação e escolarização que são próximos da média comunitária ou da média da OCDE. Essa fractura traduz-se naquela relação 20/80% que se compara com 70/30%, nos nossos parceiros europeus ou da OCDE. Uma segunda fractura tem a ver com o facto de, mesmo do lado bom da primeira fractura, onde existem níveis de escolarização e de qualificação mais elevados – e aqui não estou a referir-me apenas, obviamente, a nível do ensino básico –, ainda assim, fruto do abandono escolar precoce, existirem muitos jovens que estão também a entrar no mercado de trabalho com níveis de qualificação inferiores àquilo que hoje é exigível no mercado de trabalho e que, se nada for feito, engrossarão a primeira fractura de um sistema de emprego dualizado. Esta caracterização poderia, obviamente, ser mais desenvolvida: há mais fricções e mais dificuldades no nosso sistema de qualificação profissional, nomeadamente. Mas estes dados, para mim, são absolutamente evidentes face à necessidade da iniciativa “Novas Oportunidades”. Esta não é uma iniciativa de ruptura significativa do ponto de vista dos modelos de intervenção. O Governo não pretendeu criar nada de substancialmente novo relativamente aos instrumentos que existem. Aliás, julgo que quase todos nós, senão todos, estaremos de acordo que um dos principais problemas que necessitamos de ultrapassar é esta tendência – e não quero agora explorar a

sua origem – que temos para tentar resolver todos os problemas nacionais, com mais produção legislativa e com invenção de mais dois ou três programas, que viriam a revolucionar tudo o que foi feito no passado e pôr Portugal próximo do paraíso! Não é esse o objectivo desta iniciativa. O que esta iniciativa tem de diferente é fixar metas mais ambiciosas e compromissos mais pesados, do ponto de vista da mobilização de instrumentos já disponíveis, na sua maior parte, na sociedade portuguesa. E o que é, ao fim e ao cabo, a iniciativa “Novas Oportunidades”? Muitos de vós já a conhecem. Poderia apresentá-la, glosando um pouco com a terminologia que foi utilizada para a sua apresentação. Quando falamos em “Novas Oportunidades” estamos a querer dizer que há uma parte importante dos nossos concidadãos que precisam de uma nova oportunidade de poder atingir níveis de escolaridade e de qualificação profissional que não tiveram no passado. A grande maioria não a teve. Não a teve por razões complexas, algumas das quais o senhor Presidente explicitou, de forma muito expressiva. Há, portanto, algumas centenas de milhar, para não dizer milhões de portugueses, que necessitam de uma nova oportunidade para poder recuperar níveis de escolarização e níveis de qualificação profissional que não tiveram oportunidade de atingir no percurso tradicional de formação. É certo que esta ambição é uma ambição extremamente pesada! É certo, também, que sempre se poderia dizer que a evolução natural das coisas, o progresso da escolarização dos jovens, o decurso da transformação geracional, resolveria o problema, provavelmente. Só que com custos e em tempos que são para nós, como comunidade, inaceitáveis. Julgo que não podemos esperar algumas décadas para poder atingir níveis médios de escolaridade com qualificação profissional que são hoje prática corrente de muitos países com os quais temos que competir do ponto de vista económico. Não é fácil, através de acções voluntaristas, recuperar o tempo; não é fácil vencer a história nesse ponto de vista, mas também não é nada que outras comunidades e outros países não tenham feito. E não o tenham feito muitas vezes com sucesso, do ponto de vista dessa estratégia e do ponto de vista do seu impacto económico e social. E, portanto, o nosso objectivo é, até 2010, mobilizar! O número é, de facto, um pouco impressionante, um milhão de portugueses para dar um salto, evoluir de patamar, do ponto de vista da sua escolarização e da sua qualificação

profissional. Esta é a dimensão a que nós chamamos as “Novas Oportunidades”. Como a vamos atingir? Salientaria aqui três aspectos que são cruciais. Um primeiro aspecto passa por uma articulação que arriscaria dizer, e tenho algum conhecimento desta área, que nunca existiu entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social: uma articulação a um nível, com uma intensidade, mais que articulação diria convergência, a todos os níveis, do topo à base, e que todos sabemos que tem sofrido resistências naturais, porque isso faz parte da vida das instituições, onde tem havido resistências ao longo dos anos. E, portanto, um primeiro aspecto fundamental para atingir o objectivo das Novas Oportunidades para aqueles que estão no mercado de trabalho é articular, de forma estreita, os vários níveis do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação. Gostaria aqui de citar, a título exemplificativo, e que pode ser sinal dessa convergência, o que fizemos há umas semanas atrás, numa escola secundária de Lisboa, que estava sub-ocupada pelos fenómenos que conhecem melhor do que eu e que têm a ver com a evolução demográfica e as movimentações de recomposição urbana na nossa área metropolitana. A Escola Marquês de Pombal, uma escola tradicional com mais de um século de história, claramente sub-ocupada, e que, através de um protocolo conjunto entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Direcção Regional de Educação, vai ser possível utilizar de forma combinada, mantendo e alargando a sua vocação educativa a novas áreas, nomeadamente, aos chamados cursos de educação/formação e, entrando nesse equipamento, com outro tipo de ofertas de dimensão mais profissional, localizando lá dois centros de formação profissional. Este é apenas um exemplo. Dirão que é um exemplo micro. Mas é um exemplo muito significativo que vai ser reproduzido noutras áreas e noutros espaços, no sentido de que essa seja uma condição-chave para atingir esse objectivo – o de tocar, até 2010, um milhão de portugueses com o objectivo de elevação do seu patamar de escolaridade e de qualificação.

Há dois outros instrumentos fundamentais, esses sim, decisivos: um passa pela generalização da oferta de cursos de educação/formação para quem não atingiu o 9.º ou o 12.º ano de escolaridade. Cursos de educação/formação muito centrados no nível II e III e no 9.º ano de

escolaridade. Cursos de educação/formação que têm mostrado, na prática, que são a melhor resposta para a construção de uma nova oportunidade, que garanta, ao mesmo tempo, uma certificação escolar e uma certificação profissional. A generalização deste tipo de oferta passará, por exemplo, por todos os centros de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional oferecerem esses cursos em horário pós-laboral, utilizando – uma vez mais – de forma mais intensa o capital existente nos sistemas de ensino e de qualificação profissional. Para além desta aposta – trazer mais gente para esta nova oportunidade –, há também um investimento, esse sim, talvez mais inovador: um investimento muito forte naquilo que é o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências. Acho que o ponto mais frágil deste projecto é o nome, que é difícil de dizer – RVCC –, não foi muito feliz esta combinação! Mas enfim. Aqui, a ambição, muito pesada, passa por multiplicar por cinco o número de instituições – cerca de cem neste momento –, passando para cerca de quinhentos o número de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências. E passa por alargar o trabalho desses centros, do 9.º ano, que é aquele que está, neste momento, em desenvolvimento e em concretização, para um referencial equivalente ao 12.º ano. Sei que ao falar neste ponto, que é essencial na nossa estratégia das “Novas Oportunidades”, estou a entrar num ponto particularmente polémico e discutível, quer do ponto de vista conceptual, quer do ponto de vista empírico. Julgo que se este esforço for sustentado, do ponto de vista da oferta, e exigente, do ponto de vista do rigor da prática de reconhecimento, é um instrumento absolutamente decisivo. É um plano em que Portugal se poderá colocar, não digo na vanguarda, mas um passo à frente daquilo que está a ser desenvolvido noutros países, no domínio do reconhecimento de competências e no domínio profissional, mesmo em países que, conforme vimos pelas estatísticas que citámos, têm níveis de escolaridade de qualificação profissional muito mais elevados. Este vai ser, decerto, na União Europeia, um dos pontos centrais no debate das questões educativas e qualificação profissional, nos próximos anos e nas próximas presidências. A Presidência Austríaca da União Europeia já o colocou e a Finlandesa vai fazê-lo. Portanto, nas próximas presidências até à portuguesa este tema estará também no centro do debate europeu, o que quer dizer que não estamos aqui a inovar de uma forma excessiva. Portanto,

com estes três instrumentos – articulação entre estes dois Ministérios, aposta na formação com dupla certificação para adultos, para pessoas já no mercado de trabalho, e valorização do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências –, ambicionamos atingir o tal milhão de portugueses até 2010. Este é um compromisso essencial da actuação governativa e vai ser um instrumento fundamental do novo quadro de referências estratégicas, como já o é da Estratégia de Lisboa revista, como o Prof. Carlos Zorrinho poderá confirmar.

Mas esta não é a única dimensão, uma vez que apostamos em novas oportunidades e em oportunidades novas. Se para aqueles que estão no mercado de trabalho, sem escolaridade ou sem qualificação profissional, se trata de novas oportunidades, para a segunda fractura, para os jovens com abandono escolar precoce, falamos de oportunidades novas. Ou seja, de diversificar a gama da oferta, do ponto de vista da sua formação escolar e da sua formação profissional, com um objectivo central de que em 2010, pelo menos metade dos jovens que estão a frequentar o 12.º ano, o estejam a fazer em vias profissionalizantes, capazes de produzir uma dupla certificação escolar e profissional. Sabemos que, hoje em dia, essa relação é de um terço para dois terços: apenas um terço dos jovens está a percorrer esse caminho de formação, e dois terços estão a percorrer o caminho, quase como via única, para o ensino superior. Portanto, esta mudança é também uma mudança, a meu ver, de alcance estratégico. Não se trata, para mim, de recuperar as velhas discussões académicas sobre as consequências do pretense abandono do ensino profissional, mas de compreender que, quer o mercado de trabalho, quer os próprios jovens, têm uma dinâmica de procura de escolarização e de qualificações que está desadaptada da oferta que hoje somos capazes de construir, sendo necessário investir mais em oferta escolar profissionalizante. A questão-chave, a meu ver, prende-se com o facto de ser absolutamente essencial garantir que essa diversificação da oferta não segmente, de forma artificial, o processo formativo e qualificante dos jovens. Ou seja, qualquer jovem, esteja em que percurso estiver, deve ter as mesmas oportunidades de atingir qualquer nível de formação académica. Se estiver garantida a diversificação com uma presença forte, determinante, de formações com carácter profissional ou profissionalizante, é um aspecto

absolutamente essencial, não apenas e principalmente para melhorar os nossos níveis de insucesso e de abandono escolar precoce, mas para apoiar, de forma mais clara, o processo de modernização do nosso tecido económico, de recuperação da nossa economia e de progresso económico e social. Não é por acaso que, fazendo o programa “Novas Oportunidades” parte desta Estratégia de Lisboa e do novo Quadro de Referência Estratégico, ele é também um dos instrumentos do plano tecnológico. Porque esta dimensão, de reforçar a componente de qualificação profissional nos jovens, é uma dimensão absolutamente essencial para que o progresso tecnológico, o predomínio ou a elevação clara das formações de base científica possam tecer uma realidade no nosso país. É, pois, esta a nossa ambição. Como vos disse, não se trata de nenhuma nova reforma de fundo, muito significativa, na postura das instituições e da nossa postura colectiva face à questão da escolaridade e da formação profissional. É certo que esta ambição é um pouco paradoxal, pois julgo ser claro que hoje poucos países tiveram progressos tão assinaláveis, do ponto de vista do seu desempenho colectivo, como Portugal nas últimas décadas. Poucos países, à escala internacional, recuperaram diferenciais e défices ancestrais, seculares, como Portugal fez. Mas também, paradoxalmente, poucos países estão numa situação tão exigente, do ponto de vista de fazer mais. Julgo que mais interessante do que falar nos nossos défices, para nos estimular a fazer melhor, é falar daquilo que foi possível alcançar em algumas décadas, com todos os défices de capital escolar que conhecemos e que existem no nosso país. Falar desse progresso para pensar que podemos também vencer estas batalhas, atingir estes objectivos, e garantir que estas novas oportunidades e oportunidades novas se traduzem numa oportunidade real para Portugal recuperar um ritmo de desenvolvimento que nos aproxime decisivamente dos países mais desenvolvidos da Europa e do mundo.

Muito obrigado.